

Um Olhar para a Trajetória de uma Instituição Arquivística pelas suas Práticas Informacionais.

Shirey do Prado Carvlhêdo¹

Georgete Medleg² 

Resumo

Os arquivos são aparatos legais do sistema social do Estado para gerir as informações produzidas por este ou para este, ficando o arquivo responsável pela gestão das práticas informacionais – classificação, descrição, avaliação e difusão - das memórias documentárias. Porém, muitas vezes, não é considerado o fato de que sendo este sistema conduzido pelo Estado é, portanto, sujeito às mudanças no governo. Neste contexto, foi considerado como objeto de estudo o Arquivo Público do Distrito Federal, instituição criada em 1985 para resguardar documentos referentes à construção da capital federal do Brasil. Sendo assim, este artigo tem como pretensão um convite à reflexão sobre a influência dos contextos políticos no processo de criação e trajetória do Arquivo Público do Distrito Federal. Para tanto, foi escolhido como elemento norteador dessa pesquisa: as informações extraídas a partir da coleta e tabulação dos questionários e entrevistas com os idealizadores do arquivo; ex-funcionários e funcionários; e análise da produção técnica e cultural. Ressalta-se que foi considerado o período de 1985 a 2001 - momento em que o arquivo passou a sofrer em suas práticas informacionais uma fase de silêncio.

Palavras-chave: 1) arquivos; 2); informação arquivística 3); Estado 4) memória arquivística; 5) práticas informacionais.

1. O Estado versus Informação Arquivística

¹ Formado em Arquivologia pela Universidade de Brasília em 1998. Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília - UnB. Título maior: O Arquivo Público do Distrito Federal: concepções, contextos e práticas informacionais de uma instituição arquivística. Correio eletrônico: shirleycarva@hotmail.com

² Georgete Medleg Rodrigues - Professora do Departamento de Ciência da Informação e Documentação - Universidade de Brasília (Orientadora). Correio eletrônico: georgete@unb.br

De acordo com a idéia de Bourdieu, o registro das ações burocráticas estaria aliado à gênese e a estruturação do Estado como aponta em sua afirmativa:

[...] O Estado concentra a informação, que analisa e redistribui. Realiza, sobretudo, uma unificação teórica. Situando-se do ponto de vista do Todo, da sociedade em seu conjunto, ele é o responsável por todas as operações de totalização, especialmente pelo recenseamento e pela estatística ou pela contabilidade nacional, pela objetivação, por meio da cartografia, representação unitária, do alto, do espaço, ou simplesmente por meio da escrita, instrumento de acumulação do conhecimento (por exemplo, com os arquivos) e de codificação como unificação cognitiva que implica a centralização e a monopolização em proveito dos amuenses ou dos letrados.(BOUDIEU, 1996, p.105)

Nessa mesma perspectiva, Souza descreve que:

[o Estado] trata a informação como sua propriedade [...] atinge a Sociedade Civil por meio do seu intermédio; e também a usa como coisa/objeto com diferentes graus de disponibilidade e de acessibilidade para o público [...] O Estado assume o papel de principal agente da formação e gestão das memórias documentárias, responsável pelas decisões de coleta, acréscimo e dinamização desses acervos através das diversas esferas de comunicação (SOUZA, 1997, p. 61-62).

Adotar-se-á conceitos de Estado de Bourdieu e Giddens para tecer a relação entre o Estado e os arquivos. O primeiro autor define o Estado como "o resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital: capital de força física ou de instrumentos de coerção (exército, polícia), capital econômico, capital cultural, ou melhor, de informação, capital simbólico, concentração que, enquanto tal, constitui o Estado como detentor de uma espécie de metacapital, com poder sobre outros tipos de capital e sobre seus detentores", (BOURDIEU, 1996, p. 99) onde o capital cultural seria uma dimensão do capital informacional. Para o segundo, "o Estado [também] significa um aparato de governo ou poder – órgãos administrativos do governo - e o sistema social - sociedade e cultura – como um todo subordinado a esse governo e poder" (GIDDENS,2001, p.42).

2. Os Aparatos Arquivísticos

Tendo em vista estes conceitos, define-se os arquivos como os *aparatos legais formais do sistema social do Estado* construídos para gerir as informações produzidas por ele ou para ele, já que, inclusive, "a informação arquivística, por seu caráter reflexivo das ações do Estado, reproduz todos os discursos, ações e estratégias desenvolvidas em seu campo" (JARDIM, 1999, p. 17,19).

Nessa mesma direção, quando Marteleto (2002, p.103) se refere aos aparatos de cultura do Estado, poderíamos classificar os arquivos como parte do grupo de construções sistêmicas e institucionais. Nas palavras da autora: “instrumentos em ação para impor uma ordem, uma disciplina ou uma representação do poder, do outro ou de si próprio, por meio de mensagens, imagens, dados, informações que circulam no mercado de bens simbólicos ou culturais”.

3. O Paradoxo da Memória Arquivística

Não é objetivo central deste trabalho discutir a relação entre Estado e memória, embora o objeto de estudo, ao contemplar a memória institucional do arquivo público, aqui representada por um olhar para a trajetória da instituição pelas suas práticas informacionais, remeta o leitor à questão da memória nacional institucionalizada. Sobre a discussão da memória nos arquivos existem várias vertentes .

A vertente adotada neste trabalho parte do pressuposto que a memória que se encontra nos arquivos, produzida a partir das atividades do Estado, é realizada sob a direção das instâncias oficiais, mas é também uma memória de possibilidades, em que outras falas podem ser vislumbradas e ouvidas.

Nessa linha, Heynemman (1990), por exemplo, afirma que:

a preservação do acervo do Arquivo Nacional, suas formas de organização e disseminação das informações, além de fundamental tarefa de facultar o exercício imediato da cidadania, significam a construção e o resgate da memória coletiva social, nos diversos níveis e leituras possíveis, mesmo que esse acervo seja o registro dos atores oficiais é objeto de reconhecimento, crítica, interpretação e recordação e que o ‘resgate da memória’ pode ser percebido no convívio e no atendimento ao pesquisador, mas sua apreensão é algo que diz respeito a toda a sociedade[...] (HEYNEMMAN , 1990, p.69)

Da mesma forma, Aderne (1993, p. 51) acredita que “os arquivos públicos como órgãos que desenvolvem projetos em prol da Memória Nacional, têm contribuído para o melhor conhecimento do nosso passado e registro do nosso presente”.

Por outro lado, situando-se numa vertente que, muito mais que definir campos opostos, busca problematizar as apropriações ou representações que cada grupo se faz do que seria a memória, Meneses (1999) ressalta que:

[...] a memória como suporte dos processos de identidade e reivindicações respectivas está na ordem do dia. O Estado (principalmente por intermédio de organismos documentais e de proteção ao patrimônio cultural), entidades privadas, empresas, imprensa, partidos políticos, movimentos sindicais, de minorias e de marginalizados, associações de bairro, escolas, e assim por diante, todos têm procurado destilar sua auto-imagem – mais raramente e com dificuldades a da sociedade como um todo. Palavras-chave são ‘resgate’, ‘recuperação’ e ‘preservação’[...] (MENESES, 1999, p.12)

Ao lado da complexidade da questão apontada pelo autor, ressalta-se que essa documentação registra a essência das atividades da instituição que a produziu, sua estrutura organizacional, suas relações com outras instituições, a sociedade, seus trâmites e interesses. Ainda, acredita-se também que essa documentação oficial é portadora de potencialidades, no sentido de “escapar”, de tornar-se independente do seu produtor, fugindo ao controle dos que pretendem ocultá-la, seja pela quantidade de cópias geradas como consequência de uma necessidade burocrática ou pelo envolvimento de várias pessoas na execução de uma única atividade, seja pelo fato da documentação/informação oficial ser, também, um bem de troca, que se dá nos “guetos”, às escondidas, como uma barganha. Casos recentes do uso de documentos produzidos ou acumulados pelo Estado para garantir direitos usurpados dos cidadãos pelo Estado ou de valor de prova para incriminar personalidades públicas corruptas é um bom exemplo disso.³

É nessa direção que aponta o trabalho das pesquisadoras Rodrigues e Silva (2001). Ao mostrarem o papel das instituições arquivísticas públicas na luta pela recuperação da memória documental do regime militar afirmam que “embora esses arquivos tenham sido depenados antes de sua abertura, foi a partir deles que se chegou à verdade em dezenas de casos” (MIRANDA e TIBÚRCIO apud RODRIGUES e SILVA, 2001). As autoras prosseguem:

O paradoxal nas ações dos Estados, mesmo as mais secretas ou realizadas em períodos de exceção, é que elas são registradas. A própria dinâmica burocrática dos Estados, na concepção weberiana, pressupõe registros documentais, quase sempre detalhados, assinados pelas pessoas autorizadas por

³ A título de exemplo: o caso dos familiares de desaparecidos políticos, em que os documentos dos órgãos de repressão do Estado foram fundamentais para culpar o próprio Estado; as investigações que culminaram na cassação do então senador Luiz Estevão.

esse mesmo Estado, a agir em seu nome. Ainda que existem lacunas na produção documental nas diversas instâncias estatais, e que se tente suprimir falas, algum traço delas restará. Os arquivos públicos, na condição de instituições criadas e legitimadas pelo Poder Público (federal, estadual ou municipal) são, portanto, instituições, por natureza, paradoxais. Ao mesmo tempo em que são depositários de uma certa memória seletiva, os arquivos tanto podem, de fato, legitimar um determinado recorte na memória de um país, como pode ser um elemento desestabilizador dessa memória eleito, dando voz àqueles que se pretendia esquecidos para sempre. A tensão entre esses dois papéis principais da instituição arquivo é inevitável se compreendermos o Estado como um espaço de luta, que se reflete, necessariamente, na documentação por ele produzida. É por isso que seria precipitado considerar os documentos produzidos pelo Estado apenas como portadores da ‘visão oficial’ e nada mais. (RODRIGUES e SILVA, 2001. p. 2, 3).

Ademais dessas infinitas possibilidades de leitura dos documentos de arquivo, deve-se ressaltar que o Estado elabora políticas informacionais. A realização das práticas informacionais – coleta, o tratamento, as formas de recuperação, acesso e disseminação - dependerá de cada arquivo podendo transformar as informações públicas para o “bem” ou para o “mal”, ou para “abrir” ou para “fechar”. Nessa direção, Neto (2002) observa que esses locais de informação, 'topos', ‘guardam’, ‘tratam’ e ‘disponibilizam’ a informação criando ‘regimes de verdades’ e de poder, e sobre eles se assentam a eficácia, as ideologias e os interesses de um certo campo .

4. O Ator Arquivístico

Com base nestas considerações, pretende-se neste trabalho, apresentar como objeto de estudo as práticas informacionais do Arquivo Público do Distrito Federal, instituição criada em 1985 para resguardar documentos referentes à construção da capital federal do Brasil. No país foram produzidos poucos estudos acadêmicos sobre a história das instituições arquivísticas brasileiras, particularmente na perspectiva da relação dinâmica entre memória institucional de um arquivo - práticas informacionais - e o contexto político e social nacional, justificando ainda mais a nossa escolha. Para tanto, foi escolhido como elemento norteador dessa pesquisa: as informações extraídas a partir da coleta e tabulação da produção técnica e cultural apresentada nos relatórios anuais. Ressalta-se que foi considerado o período de 1985 a 2001 - momento em que o arquivo passou a sofrer em suas práticas informacionais uma fase de silêncio.

5. O Arquivo Público do Distrito Federal em Ação

Ocorreu em Brasília, em 1970, um Encontro de Governadores de Estado para o Estudo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tendo como um dos pontos de discussão a problemática gerada pela destruição e a preservação inadequada de documentos que constituíam o patrimônio arquivístico do Distrito Federal. A capital federal, 10 anos depois de fundada, era uma das poucas unidades da Federação que não havia tomado qualquer providência para a preservação de sua memória arquivística (ARQUIVO PÚBLICO do DISTRITO FEDERAL, 1990). Um ano após este Encontro, o então Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, solicitou ao Governador do Distrito Federal, Coronel Hélio Prates da Silveira, que tomasse providências administrativas em relação à preservação dos papéis públicos do Governo do Distrito Federal e para a Cultura histórica desta capital. Neste contexto surge, mesmo que embrionária, a idéia de criação do Arquivo Público do Distrito Federal lançada pelo documento “Compromisso de Brasília” (ARQUIVO PÚBLICO do DISTRITO FEDERAL, 1990). Foi nesse clima que, em 1972, o 1º Congresso Brasileiro de Arquivologia recomendou ao Governo do Distrito Federal a instalação do Arquivo Público, integrando definitivamente a capital brasileira no movimento de preservação da memória nacional, que se desenvolvia em todo o país. (ARQUIVO PÚBLICO do DISTRITO FEDERAL, 1990).

No final dessa mesma década, início dos anos 1980, o País passava por um momento de crise, de transição. Para Cardoso (1985) o Brasil vivia um mal-estar social, estando ávido por mudanças, transformações econômicas e políticas e por isso havia a necessidade de discutir a democracia. A discussão da democracia naquele momento era concretizada pelo movimento das “Diretas Já”, que representava o direito de escolha direta dos representantes do país.

Parte do processo democrático relacionava-se a questão da informação, segundo Cardoso (1985, p. 64, 65, 67) “o problema inicial a enfrentar para evoluir na direção da participação era aumentar a informação(...). O primeiro passo para que se possa realmente fazer-se algo mais sólido na direção da participação era aumentar o grau de informação(...)

Sem informação, a participação visa à manipulação(...)”. Na verdade, o autor, em seu discurso, retomava alguns princípios caros à Revolução Francesa.

Deve-se recordar que o direito de acesso à informação surge em 1789, sob os ideais de “Igualdade, Fraternidade e Liberdade” da Revolução Francesa. Tal acontecimento, além de representar o nascimento, ou renascimento da noção de democracia, foi um marco para a história dos arquivos, pois, conforme afirma Duchein (1983, p.3, tradução da autora) esta revolução proclamava que os documentos dos “arquivos nacionais”, ou seja, os arquivos pertencentes à nação, incluindo os arquivos governamentais, administrativos, judiciais e eclesiásticos – deveriam ser comunicados sem reserva, a todos os cidadãos de acordo com as suas demandas.

Guardadas as devidas especificidades dos dois momentos históricos pode-se estabelecer que no Brasil, as mobilizações contra a ditadura militar e por uma abertura democrática no país, propiciam uma nova linguagem política e cultural do país que envolve o uso da informação e, por consequência, das instituições arquivísticas públicas inseridas em uma vertente democrática. Segundo Araújo (1998, p.14) “a tradição para a democracia (no caso dos Estados latino-americanos) envolveu a reconstrução das instituições do estado e a transformação das instituições da sociedade civil”.

Nesse sentido, na década de 80, iniciam-se as transformações no Arquivo Nacional, sendo empreendida uma modernização que resultou na transferência da instituição para um novo prédio e na criação de uma estrutura organizacional adequada às suas funções. Essas mudanças confirmam as declarações de Franco (1986, p. 7) ao afirmar que “historicamente, a formação dos arquivos acompanha com relativa precisão a história da formação dos Estados nacionais e possibilita uma visualização das crises e alternativas da realidade política. Compreendê-los é compreender a história da formação nacional e identificar os fluxos e dessintonias do Estado moderno”.

É nessa perspectiva que se deve compreender a criação do Arquivo Público do Distrito Federal, isto é, neste processo de mudanças relativas à informação, numa estreita

relação com o contexto das transformações que o Estado brasileiro sofreu desde finais da década de 70.

Em 1985, como o regime militar brasileiro implantado com o golpe de 1964 chega formalmente ao fim, inicia-se a redemocratização institucional do país, democratizando-se também a capital federal, já que pelo direito concedido na Emenda Constitucional número 25, Brasília pôde eleger, pela primeira vez, uma representação política em nível nacional (BADANHAN, 1995).

Naquele mesmo ano, foi criado, em 14 de março, pelo Decreto nº 8.530, o Arquivo Público do Distrito Federal como “órgão da Administração Direta, relativamente autônomo, vinculado à Secretaria de Educação e Cultura, responsável por recolher, preservar e garantir proteção especial a documentos arquivísticos de valor permanente, produzidos e acumulados pela Administração Direta, Indireta e Fundações do Distrito Federal” (DECRETO nº 8.530, 1985, art. 2º).

6. Práticas Informacionais do Arquivo Público do Distrito Federal

O Arquivo Público do Distrito Federal passou a ser aberto para o público apenas em 1987, mas desde de 1986, contando com o empenho do Diretor Walter Mello, a instituição buscou divulgar sua importância para a sociedade. Formou-se uma equipe sólida que mesmo com a breve saída de Walter de 01 ano, continuou trabalhando no sentido de divulgar o trabalho da instituição. Porém, em 1998, com a entrada do Governo Roriz em seu terceiro mandato, a maior parte do corpo técnico foi demitido, iniciando uma fase de silêncio no arquivo no que diz respeito as suas práticas informacionais.

6.1 Exposições

Os anos em que mais se produziram exposições foram os anos de 2000 e 2001. As exposições realizadas foram produzidas no sentido de divulgar a história da construção de Brasília bem como expor o trabalho do Arquivo Público do Distrito Federal à comunidade. A exposição pode ser um instrumento eficaz de convite à crítica, de aproximação e revisão

da realidade desde que ela seja acompanhada de explicações e textos técnicos. Se não for realizada desta forma, pode trazer riscos a construção cognitiva sendo apenas um deleite aos olhos de belas imagens. O ano com maior número de títulos exposto foi o ano de 2001 e o ano com menos títulos foi ano de 1999. Porém, percebe-se que no período entre 1999-2001, surgiram apenas “Rodo Marco Zero”, “Planaltina: um referenciamento de fontes”, “Núcleo Bandeirante” e “Lendário e Fascinante”, ou seja, das 10 exposições referenciadas, 6 foram produzidas no período de 1988 a 1998.

Título	Ano
Postais Contam a História de Brasília – série Construção	1988
A Cidade Se Vê - Memória da Construção de Brasília	1988
Memória do Futuro - Sua História Nossa História	1988
Postais Contam a História de Brasília II	1990
Recuperação Histórica: memória da educação no DF	1990
Bernardo Sayão: o bandeirante moderno.	1991
Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil: Missão Cruls	1991
Memória Satélite	1992
Primeira Missa - 35 anos de fê no Planalto Central	1992
Bernardo Sayão - O Bandeirante Moderno	1992
Missão Cruls	1992
Centenário da Missão Cruls	1993
" Brasília em 3 Tempos"	1993
Gente que Ama Brasília	1994
Bernardo Sayão - um bandeirante moderno	1994

Arquivo Público - um novo tempo para nossa história	1994
Brasília em 3 Tempos	1995/96
Gente que ama Brasília	1995/96
A Cidade e o Cidadão	1995/96
Bernardo Sayão - O Bandeirante Moderno	1995/96
Trabalhador, Resgate sua Memória	1995/96
Brasília em 04 Tempos - Cooperação com embaixada da China	1995/96
Um Passeio pela Memória	1995/1996
Trabalhador, resgate a sua memória	1997
Missão Cruls	1997
Brasília Anos 50	1997
Israel Pinheiro, Vida e Obra	1997
A Construção de Brasília segundo os Humoristas e Joaquim Firmino	1998
Missão Cruls	1998
Por Dentro do Arquivo Público	1998
Brasília em 3 Tempos	1998
Israel Pinheiro, Vida e Obra	1998
Trabalhador, Resgate sua Memória	1998
“Gente que ama Brasília”	1999
Arquivo Público	2000
“Planaltina: um referenciamento de fontes”	2000
“Rodo Marco Zero”	2000
“Israel Pinheiro: vida e obra”	2000
“Brasília do Gesto Primário à Obra de Arte Coletiva”	2000
“Missão Cruls”	2000
Gente que Ama Brasília	2000

“Brasília Anos 50”	2000
Brasília em 3 Tempos	2000
“Missão Cruls”	2001
“Gente que ama Brasília”	2001
“Rodo Marco Zero”	2001
“Brasília do Gesto Primário à Obra de Arte Coletiva”	2001
Arquivo Público	2001
“Planaltina: um referenciamento de fontes”	2001
Núcleo Bandeirante	2001
Lendário e Fascinante	2001
Brasília em 3 Tempos	2001
“Brasília Anos 50”	2001

6.2 Fundos

Os fundos que constituem o acervo do Arquivo Público do Distrito Federal foram recolhidos entre o período de 1986 a 1997. Não há referência nos relatórios de 1999, 2000 e 2001 do recolhimento de outros fundos.

Fundos Públicos	Companhia Urbanizadora de Brasília
	Secretaria de Comunicação Social
	Secretaria de Segurança Pública
	Administração Regional de Taguatinga
	Fundação Cultural do Distrito Federal
	Gabinete do Governador

Fundos Privados	Brasília Palace Hotel
	Yvonne Jean
	Juca Chaves

6.2.1 – Fundos Públicos

- A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP empresa criada com a finalidade de planejar e executar os serviços de localização, urbanização e construção de Brasília. Os documentos produzidos por esta empresa no período de 1965 a 1960 – cerca de 300 metros lineares - foram considerados por decreto como de valor permanente pela sua importância para a história de Brasília. Por abrigar dossiês de 96 empresas que trabalharam na construção da capital, esta documentação é procurada com frequência para a comprovação de posse imobiliária e tempo de serviço junto à Previdência Social.
- Secretaria de Comunicação Social – criada para realizar o “relacionamento com a imprensa, relações públicas, publicidade e propaganda, pesquisa de opinião pública e regulação da comunicação social”. Em 1992, o arquivo recolheu o acervo fotográfico e em 1993, foram avaliados 14.389 da série GF (administração Gomide) referentes ao período 1967-1969. Deste total, foram selecionados 5.964 fotografias. Foi feita a revisão da descrição e informatizada as série DF (Ivo Magalhães), EF (Ivan de Souza Mendes) e FF (Plínio Catanhede). Formalizou-se o recolhimento deste Fundo através da assinatura do Termo Específico pela SCS. O ArPDF recolhe ao final de cada período de governo os documentos fotográficos e videográficos produzidos pela Secretaria.
- Secretaria de Segurança Pública - teve sua origem na Divisão de Segurança Pública da Novacap, criada em 1957, com a finalidade de exercer a vigilância sobre os bens patrimoniais da empresa e a manutenção da ordem social de Brasília. Em 1967, foi criada a Secretaria de Segurança Pública e seu conjunto documental foi recolhido ao arquivo em 1995.

- Administração Regional de Taguatinga – trata-se da documentação textual da cidade-satélite de Taguatinga. Foi recolhida ao arquivo em 1995.
- Fundação Cultural do Distrito Federal – seriam os documentos referentes às atividades culturais provindas do Centro de Documentação e Referência Cultural do Departamento de Promoções da Fundação Cultural do Distrito Federal. A documentação foi recolhida à instituição em 1997.
- Gabinete do Governador – documentação referente às atividades desenvolvidas no Gabinete do Governador do Distrito Federal.

6.2.1 – Fundos Privados

- Brasília Palace Hotel – este foi o primeiro grande hotel da capital. Foi inaugurado em 1958 e tinha capacidade para hospedar 350 pessoas. Sua documentação foi recolhida pelo arquivo em 1991.
- Yvonne Jean – Jornalista, escritora, tradutora, intérprete e promotora cultural nasceu na Bélgica em 1911 e mudou-se para o Brasil em 1940, onde morou no Rio e São Paulo. Em 1962, mudou-se para Brasília a convite de Darcy Ribeiro a fim de lecionar na Universidade de Brasília. EM 1989, oito anos após sua morte, seus documentos foram doados ao arquivo pelo seu filho João Luiz da Fonseca.
- Juca Chaves – Diretor técnico e sócio da Empresa de Construções Gerais – ECG, nasceu em Pernambuco em 1912 e mudou-se para o Rio em 1926. Em 1991, o seu acervo fotográfico foi doado por seus filhos Vera Lúcia de Castro Chaves e Luiz Otávio Chaves.

6.3 Guias

Guias	Ano
Publicação Guia Preliminar de Fontes para a História de Brasília	1988

Guia dos Acervos do Arquivo Público do Distrito Federal	1990
Guia dos Acervos do Arquivo Público do Distrito Federal	1995
Guia dos Acervos do Arquivo Público do Distrito Federal	1998
Guia dos Acervos do Arquivo Público do Distrito Federal	2000

O Guia produzido em 2000 também foi estruturado em oito tópicos (Apresentação, Introdução, Fundos Documentais – Públicos e Privados-, Fontes Auxiliares para Pesquisa – Biblioteca, Depoimentos Orais -, Serviços Prestados – Consulta, Reprodução, Declaração de Tempo de Serviço, Exposição Fotográfica, Publicações do ArPDF e Endereço/Funcionamento) como o Guia de 1998. Os mesmos oito fundos estavam indicados em *Fundos Públicos* - Fundo Companhia Urbanizadora de Brasília, Fundo Secretaria de Comunicação Social, Fundo Secretaria de Segurança Pública, Fundo Administração Regional de Taguatinga e Fundo Fundação Cultural do Distrito Federal e *Fundos Privados* o Fundo Yvonne Jean, Fundo Palace Hotel e o Fundo Juca Chaves pois não houve recolhimento de novos fundos. O item *Publicações do ArPDF* chama a atenção pelo fato de que a maioria das publicações citadas é considerada esgotada.

6.4 Publicações

Os anos de 1994, 1995 e 1997 foram períodos de maior produção documental, não apenas considerando a quantidade mais a amplitude do projeto da publicação *Cadernos de Pesquisa* que teve continuação com os números 8 e 9. O ano de 1999, não foi incluído como ano de maior produção documental devido ao fato de que foram produzidos mais materiais institucionais de propaganda.

Título	Ano
Catálogo de Títulos	1988
Revista do Arquivo Público do Distrito Federal	1988
Postais Contam a História de Brasília - série	1988

Construção	
Relatório Lúcio Costa	1990
Diagnósticos dos Arquivos do GDF	1990
Cinco Anos Preservando a Memória Documental de Brasília	1990
BOLETIM	1993
Catálogo de Depoimentos	1993
Memória Candanga	
Registros em Foto e Vídeo	1993
Revista do ArPDF	1994
Catálogo de Depoimentos Orais	1994
Memória Candanga	
Postais contam a história de Brasília	
Cadernos de Pesquisa nº 01 - A Periferia sem Centro: Os Arquivos como Sistema.	1996
Cadernos de Pesquisa nº 03 - Chá da Memória: um projeto para identificação de documentos fotográficos.	1996
Cadernos de Pesquisa nº 04 - Arquivística: um olhar sobre a memória	1996
Cadernos de Pesquisa nº 05 - Atendimento a usuários de arquivos públicos: algumas reflexões e a experiência do ArPDF	1996
Manual Interno de Gestão de Documentos	1997
O Quadrilátero	1997
Cadernos de Pesquisa nº 06 - A Construção de Brasília como experiência moderna na periferia capitalista: a aventura.	1997
Cadernos de Pesquisa nº 07 - Políticas Públicas: o uso dos Arquivos na	1997

Contemporaneidade	
Programação Visual e Publicação	1998
Revista Quadrilátero	1998
Cartaz Institucional	1999
Folder	1999
Marca Página	1999
Jornal O Candanguinho (veiculação interna)	1999
Manual Interno de Conservação Preventiva	1999
Caderno de Pesquisa nº 8 - Planaltina	1999
Calendário Temático do Arquivo Público do Distrito Federal para o ano 2000	1999
Caderno de pesquisa nº 08	2000
Guia do Acervo do ArPDF	2000
Calendários institucionais	2000
reedição em volume único dos cadernos de pesquisa já lançados de nº 01 a 08.	2000
Cadernos de Pesquisa nº 09, Núcleo Bandeirante.	2001

6.5 O ArPDF na Imprensa

Foi pesquisado no Jornal O Correio Braziliense, jornal de maior circulação na Capital, no período de 1986 a 2001, as matérias que saíram sobre o Arquivo Público do Distrito Federal. O ano de 1986 foi o período que mais saíram matérias. Ao todo foram quatro.

Título	Jornal	Data/ANO
Cidade já tem onde guardar sua história	Correio Braziliense	08/04/1985
Arquivo Resgata História: Memória do DF não ficará presa à versão oficial.	Correio Braziliense	24/ 03/1986

Um Arquivo Democrático.	Correio Braziliense	19/07/1986
Arquivo resgata história: memória do DF não ficará presa à versão oficial.	Correio Braziliense	24/08/1986
Memória da cidade: uma ação urgente.	Correio Braziliense	05/10/1986
Arquivo Público quer se aproximar da sociedade.	Correio Braziliense	25/01/1991
História é destruída por traças e cupins.	Correio Braziliense	29/05/1991
Pouco espaço para toda a memória de uma cidade: Arquivo Público não tem onde colocar tanta informação	Correio Braziliense	06/01/1993
Falta de espaço ameaça a memória de Brasília.	Correio Braziliense	06/08/1993
Arquivo Público revela passado taguatinguense.	Correio Braziliense	02/11/1995
Cartas revelam gênese de Brasília	Correio Braziliense	20/12/1998
Passeio pela História	Correio Braziliense	28/01/2001

Bibliografia

- ADERNE, Laís. Política Cultural e Sociedade. Políticas Culturais e Patrimônio Histórico. **ENAP Cadernos**, Brasília, vol. 1, n. 2, p. 47 – 52, dezembro de 1993.
- ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A Construção Social da Informação**: Práticas Informacionais no Contexto de Organizações Não-Governamentais/ ONGs Brasileiras. Brasília, 1998. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação) – Universidade de Brasília, 1998.

- BADANHAN, Marco Antônio. *A Democratização da Capital Federal*. Brasília: Partidos e Eleições (1985 a 1994), 1995. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição 1988**: texto contitucional de 05 out. 1988. Brasília: Senado Federal, 1995.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **A Democracia Necessária**. Campinas: Papyrus, 1985.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 5, 1982, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: AAB, 1982.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 7, 1988, Brasília. **Anais...** Brasília: AAB, 1988.
- DUCHEIN, Michel. Lês obstacles à l'accès, à l'utilisation et au transfert de l'information contenue dans lês archives: une étude RAMP. Paris: Unesco, 1983.
- FRANCO, Celina do Amaral Peixoto Moreira. Os arquivos nacionais: estrutura e legislação. **Acervo**, v.1, n.1, jan.-jun. 1986.
- HEYNEMANN, Cláudia. Pesquisando a memória: o Arquivo Nacional entre a identidade e a história. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.4/5, n.1/2, p. 69-83, jul./dez.1989; jan./jun. 1990.
- JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v.25, n.2, p.209-216, maio/agosto, 1996.
- JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: EdUFF, 1995.
- JARDIM, José Maria. **Transparência e Opacidade do estado no Brasil**: usos e desusos da informação governamental. Niterói: EdUFF, 1999.
- MARTELETO, Regina Maria. **Conhecimento e Sociedade**: Pressupostos da Antropologia da Informação. In: Campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.
- MENESES, Ulpiano T. Becerra de. A crise da Memória, História e Documento: reflexões para um tempo de transformações. In: **Arquivos, Patrimônio e memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, p. 11 – 30, 1999.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. Por uma sócio-história do Estado no Brasil. In: **A invenção do Patrimônio**: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A história, cativa da memória? Para mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto da Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.34. p. 9-24, 1992.

NETO, Antônio Fausto. **Campo da Informação**: transição e desafios. In: Campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

RODRIGUES, Georgete Medleg; SILVA, Lúcia Margarida Alheiro da. Os arquivos da repressão: o papel da revista Quadrilátero na divulgação desses acervos. **XIII Simpósio de História**: autoritarismo, repressão e memória. Vitória, 18-22 junho, 2001.

SOUZA, Kátia Isabelli de Bethânia Melo de. **Os Arquivos no Contexto Educacional**: *Novas Perspectivas*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documentos) – Universidade do Rio de Janeiro, 1995.

Material Produzido pelo Arquivo Público do Distrito Federal

Fontes Primárias

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. **1985-1990**: 5 anos preservando a memória documental de Brasília. Brasília: ArPDF, 1990. 80p. il.

_____. **Os arquivos da repressão**. Brasília: ArPDF, 1996.

_____. **Diagnóstico dos arquivos do Governo do Distrito Federal**. Brasília: ArPDF, 1990.

_____. **Guia do ArPDF**. Brasília, 1990

_____. **Guia do ArPDF**. Brasília, 1995.

_____. **Guia do ArPDF**. Brasília, 1998.

_____. **Plano de Ação 1987/1995**. Brasília, 1986/1994.

_____. **Plano de Ação 1995-1996**. Brasília: ArPDF, 1995.

_____. **O Quadrilátero**. (boletim informativo do ArPDF). Brasília: ArPDF, 1996.

_____. **Relatórios anuais de atividades – 1987/1994**. Brasília, 1988/1995.

_____. **Sistema de Arquivos do Distrito Federal**: proposta de criação. Brasília: ArPDF, 1986.

- BRASIL. Decreto nº 8.530, de 14 de março de 1985. Aprova o regimento do ArPDF. **Diário Oficial do Distrito Federal**. Brasília, ano X, n. 50, 14 mar. 1985. Suplemento.
- _____. Decreto nº 8.530, de 14 de março de 1985. Criação do ArPDF. **Diário Oficial do Distrito Federal**. Brasília, ano IX, n. 50, 14 mar. 1985. Suplemento.
- JARDIM, José Maria. **A Periferia sem Centro**: os arquivos como sistema. Brasília: Cadernos de Pesquisa. nº 1; 1995.
- MONTIEL, Rosane. **Arquivística**: um olhar sobre a memória. Brasília: Cadernos de Pesquisa. nº 4; 1995.
- SANTOS, Marco Aurélio de Lemos; SOUZA, Tereza Euletério. **Formação de Taguatinga**: um projeto de pesquisa sobre suas origens. Brasília: Cadernos de Pesquisa. nº 2; 1995.
- SANTOS, Marco Aurélio dos. **Atendimento a usuários de arquivos públicos**: algumas reflexões e a experiência do ArPDF. Brasília: Cadernos de Pesquisa. nº 5; 1996.
- SILVA, Lúcia Margarida A. **Chá da Memória**: um projeto para identificação de documentos fotográficos. Brasília: Cadernos de Pesquisa. nº 3; 1996.
- SILVA, Luiz Sérgio Duarte. **A Construção de Brasília como experiência moderna na periferia capitalista**: a aventura. Brasília: Cadernos de Pesquisa. nº 6; 1997.
- SOUZA, Kátia Isabelli Melo de. **Políticas Públicas: o uso dos Arquivos na Contemporaneidade**. Brasília: Cadernos de Pesquisa. nº 7; 1997.